



ASSÉDIO ELEITORAL NO TRABALHO: A VIOLÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL NA ERA DIGITAL (2013-2024)

ZANIN, Fabrício Carlos¹; ARAÚJO, Henrique Charles Silva²; SILVA, Thais Vitória Araújo³ RAMOS, Douglas⁴; ARAÚJO, Yann Silva⁵

RESUMO

O presente trabalho aborda o fenômeno do assédio eleitoral no Brasil, entendido como uma forma de violência sutil que ocorre no ambiente de trabalho, visando influenciar escolhas políticas e minar a dignidade da vítima. Esse tipo de assédio insere-se em um contexto mais amplo de violências cotidianas, manifestando-se de maneira psicológica, verbal e, por vezes, física. A pesquisa explora a correlação entre diferentes formas de assédio — moral, sexual e eleitoral — e destaca a ascensão de casos de assédio eleitoral entre os anos de 2013 a 2024. Esse período foi marcado por eventos políticos e sociais significativos, como as manifestações de junho de 2013, a eleição de Jair Bolsonaro e a tentativa de golpe em 2023, que trouxeram à tona uma cultura de violência e antidemocracia. Além disso, o estudo

¹ Professor Mestre, Curso de Direito, Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), coordenador do projeto de pesquisa e extensão “A violência sutil do cotidiano brasileiro: assédio eleitoral como ataque à democracia e aos direitos humanos [2013-2024]”. fabriciozanin@gmail.com

² Bolsista do projeto “A violência sutil do cotidiano brasileiro: assédio eleitoral como ataque à democracia e aos direitos humanos [2013-2024]”. Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS). henrique.araujo@ufnt.edu.br

³ Bolsista do projeto “A violência sutil do cotidiano brasileiro: assédio eleitoral como ataque à democracia e aos direitos humanos [2013-2024]”. Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS). thais.vitoria@ufnt.edu.br

⁴ Bolsista do projeto “A violência sutil do cotidiano brasileiro: assédio eleitoral como ataque à democracia e aos direitos humanos [2013-2024]”. Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS). douglas.ramos@ufnt.edu.br

⁵ Voluntário do projeto “A violência sutil do cotidiano brasileiro: assédio eleitoral como ataque à democracia e aos direitos humanos [2013-2024]”. Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS). yann.araujo@ufnt.edu.br



considera a influência das transformações tecnológicas e o impacto da era digital sobre o discurso público e a democracia. Em diálogo com Byung-Chul Han, a análise destaca como a digitalização das comunicações, o uso de algoritmos e a disseminação de fake news alimentam uma "infocracia", uma forma de governo em que o controle da informação e a manipulação digital desestabilizam a esfera pública. O impacto da infodemia, que fragmenta a comunicação pública e compromete o debate democrático, é central para entender o agravamento do assédio eleitoral. A pesquisa explora como a vigilância digital, o uso de algoritmos para manipulação política e a desinformação se transformam em ferramentas de repressão política, enfraquecendo a legitimidade democrática.

Palavras-chave: Assédio Eleitoral. Democracia. Violência. Política. Infocracia.

I. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

A pesquisa relata a crescente incidência de assédio eleitoral no Brasil entre 2013 e 2024, uma forma de violência política que ocorre no contexto do trabalho e busca influenciar nas escolhas eleitorais e posições políticas de trabalhadores. O estudo está inserido em um cenário de radicalização política, marcado pela ascensão e queda de Jair Bolsonaro e refletindo uma década de transformações sociais e tecnológicas. Esses fatores contribuíram para a ampliação da desinformação e dos discursos antidemocráticos. A experiência estudada nos encontros semanalmente do grupo de discentes e coordenador desde agosto de 2024 na Universidade Federal do Norte do Tocantins por meio de obras, emerge em um contexto de polarização profunda, onde trabalhadores e eleitores foram pressionados, especialmente durante os períodos eleitorais. As ideias de Byung-Chul Han sobre a digitalização e a crise democrática fornecem uma base teórica para entender como o



ambiente digital contemporâneo alimenta e intensifica práticas como o assédio eleitoral e como elas podem passar despercebidas. O autor explora a transição para uma infocracia, em que o controle digital da informação altera a relação entre cidadão e política, transformando a democracia em uma arena de manipulação e desinformação. Ressalta-se que, esse tipo de conduta não se limita apenas ao momento do pleito eleitoral, mas também durante os atos preparatórios e consequentes aos resultados. O Ministério Público do Trabalho (MPT) traz a denominação como assédio eleitoral laboral, trazendo características que o fundamenta de maneira específica, tendo em vista seu ambiente de ocorrência. Importante destacar que qualquer trabalhador pode se tornar vítima, independente da modalidade de vínculo empregatício, ainda que, geralmente, haja uma hierarquia dentro deste ambiente o que pode influenciar quem se torna agressor e quem será a vítima. Além disso, o dano pode ser psicológico, físico ou econômico, intencional ou não, mesmo sem provas de intenção, o assédio eleitoral pode ser identificado pelo impacto ou pelo dano potencial causado às vítimas. Ademais, o trabalho do MPT nas eleições de 2022 reforçou em seus resultados, com Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho, como a violência e assédio eleitoral se intensificou durante o segundo turno das eleições de 2022.

II. BASE TEÓRICA

Ao longo da pesquisa notou-se inúmeros referenciais teóricos de diferentes áreas como: o referencial filosófico de Byung-Chul Han, sobretudo em sua obra “Infocracia: digitalização e crise da democracia” (2022), sem prejuízo de outros autores, o qual é imprescindível para a compreensão do novo contexto digital em que se dá o assédio eleitoral. O referencial jurídico pode ser dividido em três. Primeiro, o referencial do



direito internacional dos direitos humanos (Mazzuoli, 2021), o qual é fundamental para a compreensão dos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos, seja por parte dos profissionais do direito, seja por parte de toda a cidadania para evitar e enfrentar o assédio eleitoral. Segundo, o referencial do direito constitucional, no qual se encontra o reconhecimento dos direitos humanos e toda a construção das garantias e dos órgãos que vão tutelar a dignidade da pessoa humana no contexto do assédio eleitoral (Sarlet, Marinoni, Mitiero, 2024; Streck, 2022). Terceiro, o contexto do direito civil, direito empresarial e direito do trabalho, em que se constroem conceitos jurídicos e teorias sobre direitos da personalidade (Tepedino, Oliva, 2022) e do trabalhador no enfrentamento dos assédios (Serau Júnior, 2021; Feliciano, Conforti, 2023). O referencial da Teoria da Administração é a visão sistêmica como exposta na obra “Administração legal: os benefícios da administração profissional nos escritórios jurídicos”, de Josiano César de Sousa (2016), na qual analisa uma visão empresarial, profissional e empreendedora como ponte interdisciplinar entre a ciência da administração e a ciência jurídica. Pretende-se usar os códigos de conduta das empresas e suas próprias definições de visão, missão e valores para a aproximação com o tema do assédio eleitoral.

III. OBJETIVOS

Objetivo geral: Investigar o impacto do assédio eleitoral no ambiente de trabalho no Brasil entre 2013 e 2024, analisando sua relação com o contexto político, social e digital do período.

Objetivos específicos:

- 1) Identificar os principais mecanismos de assédio eleitoral nas relações de trabalho.
- 2) Analisar o impacto das transformações políticas e digitais, incluindo a infocracia, na amplificação de casos de assédio eleitoral.



- 3) Avaliar as consequências sociais e psicológicas do assédio eleitoral nas vítimas.
- 4) Investigar a correlação entre assédio eleitoral e a disseminação de desinformação e fake news, abordando o impacto da era digital na esfera pública.

IV. METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido por meio de uma análise documental e bibliográfica, abrangendo o período de 2013 a 2024. Foram analisadas as mudanças nas leis trabalhistas e políticas públicas durante o governo de Jair Bolsonaro, além do impacto da pandemia de COVID-19 na intensificação desse tipo de assédio. Por conta de o fenômeno jurídico ser complexo, isto é, por envolver aspectos normativos, sociológicos, políticos, religiosos, etc., o método da presente pesquisa deve ser, necessariamente, para se evitar reducionismos científicos, o interdisciplinar (Pombo, 2010). Também a metodologia empírica será utilizada nas ações previstas de pesquisa [coleta de dados das denúncias e decisões] e de extensão por meio de visitas às empresas do município de Tocantinópolis e região (Siqueira, 2021). Por fim, o projeto se atentou para os dados sobre assédio no trabalho publicados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), analisando-os com base no contexto histórico estudado.

V. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados revelaram que o assédio eleitoral se intensificou no Brasil nos últimos anos, especialmente em momentos de grande tensão política, como as eleições presidenciais e a pandemia. O estudo também evidencia a influência das mídias digitais e do controle algorítmico da informação, que ampliaram o alcance da violência política por meio de fake news e discursos de ódio. Em consonância com as ideias de Byung-Chul Han, a pesquisa aponta que a manipulação da informação



e a vigilância digital têm contribuído para a criação de uma nova forma de poder: a infocracia. O controle e a distorção da informação digital geram uma crise democrática, onde a esfera pública se fragmenta e o debate livre é comprometido. A ascensão do bolsonarismo e a retórica autoritária desempenharam um papel crucial na legitimação de comportamentos violentos, inserindo o assédio eleitoral dentro dessa lógica de controle digital e repressão política. As redes sociais amplificam as vozes individuais, permitindo que cidadãos se expressem. Outrossim, a disseminação de desinformação é uma característica marcante das campanhas eleitorais contemporâneas. As redes sociais são frequentemente usadas para veicular informações enganosas que podem manipular a opinião pública e coagir indivíduos a votar de maneira específica. Essa manipulação, associada ao clima de medo gerado por assédio, prejudica a integridade do processo eleitoral.

VI. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assédio eleitoral é uma ferramenta de repressão política que, em um contexto de radicalização, desinformação e infocracia, afeta profundamente a democracia brasileira. As transformações tecnológicas e políticas dos últimos anos contribuíram para a amplificação desse fenômeno, tornando urgente a criação de políticas públicas e medidas de proteção mais eficazes para as vítimas. A crescente influência das plataformas digitais, algoritmos e o controle da informação destacam a necessidade de uma crítica mais aprofundada sobre a relação entre tecnologia, democracia e violência política, conforme discutido por Byung-Chul Han. Esse tipo de conduta, em suas diversas formas, é um fenômeno social que afeta indivíduos e grupos em diferentes contextos. Com a ascensão das redes sociais, o assédio eleitoral ganhou novas formas e expressões, exacerbadas pela ampliação das vozes e pela normalização de comportamentos abusivos.



VII. REFERÊNCIAS

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Brasil entre golpes e pandemias**. São Paulo: Humanitas, 2019.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: Digitalização e a Crise da Democracia**. Petrópolis: Vozes, 2022.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio Moral: a violência perversa no cotidiano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MOREIRA, Sônia. **O assédio recreativo**. São Paulo: Contexto, 2019.

SANTOS, João. **Assédio Eleitoral e Violência Política**. Porto Alegre: Saraiva, 2023.

MPT. **Relatório sobre Assédio Eleitoral no Brasil**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2022.

VIII. AGRADECIMENTOS

O projeto foi idealizado e está sendo realizado com o apoio financeiro do Ministério Público do Trabalho – MPT. A UFNT é a instituição planejadora e executora, por meio da Pró-reitoria de pesquisa (Propesq), da Pró-reitoria de extensão (Proext) e do Curso de Direito. A Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins – FAPTO é a instituição intermediadora dos recursos do financiamento. Esta iniciativa não seria possível sem o financiamento e a sensibilidade do MPT em relação à temática. O reconhecimento de que o assédio eleitoral é uma violação dos direitos dos trabalhadores é fundamental para a conscientização e prevenção dessa prática. Agradecemos por acreditarem em nosso trabalho e por contribuírem para a promoção de um ambiente de trabalho mais ético e respeitoso.